

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS UNIEVANGÉLICA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES
RELIGIOSAS**

JOÃO VICTOR MESQUITA FRANÇA

Anápolis - GO

2018

JOÃO VICTOR MESQUITA FRANÇA

**IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES
RELIGIOSAS**

Artigo apresentado ao curso de Ciências Contábeis,
Centro Universitário de Anápolis –
UniEVANGÉLICA, sob a orientação do Prof.º
Mestre Daniel Hassel Mendes.

Anápolis– GO

2018

IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

RESUMO

O presente estudo tem como temática ‘Importância da contabilidade em instituições religiosas’, que visa evidenciar necessidade de instituições sem fins lucrativos apresentarem informação à sociedade em geral quanto à destinação de recursos obtidos, visando assim apresentarem legitimidade financeira e credibilidade. O objetivo geral foi analisar a importância da contabilidade aplicada ao terceiro setor dando-se ênfase as instituições religiosas. Os objetivos específicos consistem em caracterizar a evolução histórica e evolutiva da contabilidade e sua importância em termos de informação gerencial; conceituar e caracterizar as organizações do terceiro setor; e por fim ressaltar a relevância da contabilidade junto às organizações do terceiro setor visando apresentar credibilidade financeira e transparência. A metodologia que foi utilizada é a de pesquisa bibliográfica e pesquisa junto a uma instituição religiosa, apresentando abordagem exploratória e qualitativa. Foi possível observar junto às organizações sem fins lucrativos (igreja) não tem contabilidade própria, as transações econômicas financeiras são enviadas a contabilidade da diocese de Anápolis –GO, que realiza geral. Porém, a instituição entende a importância dessas documentações contábeis tanto em termos de gerenciamento de recursos, como de transparência quanto à utilização dos recursos doados a instituição.

Palavras-chave: Contabilidade; terceiro setor; instituição religiosa.

ABSTRACT

The present study has as its theme 'importance of accounting in religious institutions', which aims to high light need for non-profit institutions submitting formation society at larger guarding the allocation of resources obtained, in order to so submit financial legitimacy and credibility. The overall objective was to analyze the importance of accounting applied to the third sector with emphasis on religious institutions. The specific objectives are to characterize the historical evolution and evolutionary in accounting and your importance in terms of managerial information; conceptualize and characterize the third sector organizations; and finally to emphasize the relevance of accounting with third sector organizations in order to present financial credibility and transparency. The methodology that was used is the bibliographical research and reserchaby a religious institution, presenting exploratory and qualitative approach. It was possible to observe with non-profit organizations (Church) does not have its own accounting, the economic financial transactions are sent to the accounts of the Roman Catholic diocese of Anápolis, Goiás State, that carries out. However, the institution understands the importance of these accounting documentation both in terms of resources, such as management of transparency as to the use of resources donated to the institution.

Keywords: Accounting; third sector; religious institution.

1. INTRODUÇÃO

O perfil da contabilidade no terceiro setor que envolve instituições sem fins lucrativos tem crescido nos últimos anos, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica, onde no ano de 2016 eram descritas 400 mil Organizações em fins lucrativos registradas no Brasil. E, em 2017 este número saltou para 820 mil, apresentando assim crescimento considerável. Dentre destas 820mil ONGs 86% referem a associação civis sem fins lucrativos, 12% organizações religiosas e 2% fundações privadas. E, diante tal aumento observa a importância de gerenciamento contábeis, devido à necessidade de demonstrar credibilidade e boa aplicação de recursos financeiros obtidos. E isso pode ser adquirido através de práticas contábeis, que comprovem nível de responsabilidade financeira. No caso do objeto deste estudo que são as instituições religiosas estas recebem contribuições de seus integrantes, sendo estes recursos utilizados na manutenção, obras e outros serviços filantrópicos e sociais desenvolvidas por estas.

A gestão do patrimônio público não visa ao ‘lucro financeiro’, mas ao denominado ‘lucro social’, que é a evolução do termo responsabilidade social a qual a organização visa atender sua missão primeiramente e não obtenção de recursos. Deve-se, pois, incentivar a elaboração de mecanismos capazes de realizar controles internos, capazes de dar confiabilidade indiscutível aos demonstrativos legais, a fim de satisfazer às necessidades de informações corretas e tempestivas perante as organizações do terceiro setor (ANDRADE, 2017).

Tem-se observado que para atingir o equilíbrio e transparência quanto à destinação dos fundos obtidos que organizações do terceiro setor como igrejas têm utilizados, mesmo que timidamente, de ferramentas gerenciais, tais como o fluxo de caixa previsto, e cronograma mensal de desembolso financeiro. Deve o contador destas organizações como todos os profissionais das áreas administrativa e financeira das instituições religiosas contribuírem com informações mais precisas e destinação dos recursos doados, ou seja, seu foco não é o lucro e sim a distribuição e gerenciamento dos dividendos de forma adequada, e, com isso demonstra-se a relevância do presente estudo, que consiste em ressaltar que independente do tipo de organização, a contabilidade se faz relevante, seja para análise financeira, seja para comprovação e transparência dos recursos aplicados.

A escolha por esse estudo aconteceu diante da observação da necessidade de instituições sem fins lucrativos apresentarem informação à sociedade em geral quanto à destinação de recursos obtidos, visando assim apresentarem legitimidade financeira e credibilidade. Essa credibilidade favorece a obtenção de mais recursos próprios de terceiros ou até mesmo de fundos do público, dos governos e, cada vez mais, do mercado corporativo.

O objetivo geral será de Analisar a importância da contabilidade aplicada ao terceiro setor dando-se ênfase as instituições religiosas. Os objetivos específicos consistem em caracterizar a evolução histórica e evolutiva da contabilidade e sua importância em termos de informação gerencial; conceituar e caracterizar as organizações do terceiro setor; e por fim ressaltar a relevância da contabilidade junto às organizações do terceiro setor visando apresentar credibilidade financeira e transparência.

A metodologia que será utilizada é a de pesquisa bibliográfica e pesquisa junto a uma instituição religiosa, apresentando abordagem exploratória e qualitativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A evolução da contabilidade acontece junto com a evolução humana. Assim, a contabilidade pode ser escrita descrita como ciência social, porém essa somente aconteceu juntamente com os interesses do homem, direcionados a riquezas que visa satisfazer as necessidades da célula Social. Sá (1997, p.1) explica em relação e evolução da contabilidade, que “esta venho se adaptando a etapas distintas da história mundial, divididas em nítidos períodos que servem para demarcar as evoluções”.

Para Berti (2001) a contabilidade é uma ciência muito antiga e alguns historiadores acreditam que sua existência se deu aproximadamente há 20.000 anos a.C. Quando os homens primitivos preocupados com a caça, ferramentas e outros pertences precisavam de um meio para controlar suas necessidades de subsistência. Neste período o homem percebeu que as conquistas de seu trabalho tinham grande importância qualitativa e quantitativa e precisavam ser inventariadas.

A contabilidade foi surgindo a partir da necessidade de registros, controle do comércio e do desenvolvimento da economia. A atividade de troca e venda de mercadorias tinham por objetivos levar em consideração os bens que cada comerciante possuía e os

serviços que poderiam ser negociados. E foi no Egito 2000 anos a.C, com escrita rudimentar em papiro que iniciou a utilização dos registros em livros contábeis (SÁ, 1997).

Portanto, sendo a contabilidade uma ciência que se ocupa da geração de informações para tomada de decisões, não é difícil notar que sua evolução sempre esteve estreitamente ligada à evolução das atividades mercantis, econômicas e sociais (FÁVERO *et al*, 2006).

Lima (2003) destaca que a contabilidade surgiu devido à necessidade de se controlar o patrimônio das pessoas, controlando o que deviam e o que se gastava e esse controle já desde o início das administrações já foi necessário, devido que sem estas aplicação dos registros era impossível se ter controle. O autor ainda coloca que o aumento de negócios presenciados após a Revolução Industrial fez que ocasionasse a necessidade de exames contábeis das experiências financeiras das empresas.

Os princípios contábeis ganhou importância na economia norte americana por volta das décadas 20 e 30, onde a contabilidade mudou seu objetivo, para a informação voltada aos administradores e credores (PAULO, 2002).

A evolução da contabilidade até a década de 1970 ocorreu de forma lenta. Entretanto, a partir deste período ocorreu uma significativa aceleração neste processo evolutivo. Essa aceleração tem suas origens em complexas questões sociais e econômicas, que atingiam a sociedade de então e produziram profundas mudanças nos processos de trabalho. Na década de 1970 ocorreu significativo aumento de inúmeros problemas econômicos, que somados a crise do petróleo, provocou a forte recessão de 1973. Em meios a todas essas transformações, a contabilidade, como Ciência Social, foi influenciada e evoluiu, com o objetivo de sempre atender as necessidades relacionadas à sua área de atuação (SANTOS *et al*, 2007).

Antigamente existiam vários profissionais atrás de montanhas de papéis nas empresas tentando colocar vários números em ordem, mas isso vai ficando para trás, a velha imagem do contador chamado de “guarda-livros”, vai mudando e os contadores do século XXI estão de cara nova (SÁ, 1997).

Mas, é possível notar que o papel do contador na sociedade, há muito, deixou de ser um mero “guardador de livros”. Embora ainda existam muitos que são simplesmente “digitadores formais do fisco”, o mercado altamente competitivo certamente deixará em desuso aqueles que agirem dessa maneira.

Os profissionais do século XX tinham a possibilidade de atuar nas áreas de planejamento empresarial, ensino, autônomo e em órgãos públicos. Tendo um vasto campo

para ser conquistado. O contabilista veio conquistando um reconhecimento e recebendo honorários mais expressivos. Mas foi necessário continuar buscando conhecimento e aprimorar suas habilidades, pois o mundo evoluiu de forma veloz e não foi fácil acompanhar esse desenvolvimento (COSENZA, 2003).

Atualmente a presença do contabilista está cada vez mais indispensável na sociedade. A concorrência e as exigências do mercado fazem com que o profissional procure cada vez mais o aperfeiçoamento em estudos para enfrentar os desafios.

2.2 CONTABILIDADE VOLTADA AO TERCEIRO SETOR

Pode-se colocar que o terceiro setor refere-se ao conjunto de organizações que não apresentam fins lucrativas, tendo como viés o interesse social e público.

O Terceiro Setor é o conjunto de indivíduos e organizações que agem em busca de objetivos coletivos, pessoas que criam projetos e buscam recursos para auxiliar o desenvolvimento social do país. Esse conjunto de indivíduos e organizações executam seus projetos através dos recursos obtidos por meio de contribuições, doações, restrições temporárias, restrições permanentes, subvenções, patrocínios e vendas de seus produtos (MENEZES, 2011, p. 10).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio pode-se colocar os apontamentos de Souza (2013, p. 12) a qual também reiterou que “o Terceiro Setor é o conjunto de entidades sem fins lucrativos que servem para auxiliar a suprir as necessidades que o governo não consegue atender”.

O almejo das instituições que compõem o terceiro setor não tem como fins o lucro financeiro, e sim o lucro social, que favoreçam o bem coletivo e sociedade mais justa, democrática, ambientalmente sustentável. Essas foram trazidas a fim de ser um apoio ao Estado em atender os anseios sociais.

Rheinheimer e Scheunemann (2009, p. 56) explicam que “O Terceiro Setor é composto pelos seguintes segmentos da sociedade: associações, fundações, sindicatos, cooperativas, igrejas e ONGs”. Pode-se então colocar que as organizações do terceiro setor (TSOs) buscam cada vez mais encontrar maneiras pelas quais seu desempenho e seus benefícios sociais, econômicos e ambientais.

“O terceiro setor engloba as entidades sem fins lucrativos, privadas, cuja atuação volta-se a finalidades públicas ou coletivas para a geração do bem comum” (FISCHER, 2002, p. 45). Essa terminologia (terceiro setor) é utilizada no âmbito de uma tipologia

organizacional que classifica as organizações em três setores, segundo características que lhes são inerentes; assim, o primeiro setor abrange as instituições governamentais (Estado), e o segundo, as empresas privadas com finalidade de lucro (mercado) (VELLANI, 2011).

O terceiro setor abrange um amplo leque de entidades, e esse termo vem sendo utilizado paralelamente a outras expressões relacionadas, como setor de caridade (*charitable sector*), setor independente (*independent sector*), setor voluntário, setor isento de impostos (*tax exempt sector*), economia social (*economie sociale*), Organizações Não Governamentais (ONGs), setor sem fins lucrativos (*nonprofit sector*), organizações filantrópicas, organizações da sociedade civil, entre outras (SLOMSKI, 2012, p. 28).

O modelo trissetorial surgiu então como alternativa à dualidade público-privado que, para as economias capitalistas avançadas, a qual visava colocar-se como sinônimo de Estado versus Mercado; assim, Falconer (1999, p. 34) acrescenta que “essa abordagem é criticada por não representar adequadamente toda a natureza do espaço privado. Dessa forma, no modelo trissetorial, as organizações existentes são classificadas em três setores autônomos, mas interdependentes”.

Frente a isso, o terceiro setor pode ser entendido como uma conjunção do primeiro com o segundo setor, pois as entidades que compõem o terceiro setor possuem características tanto do Estado quanto do mercado. As entidades do Terceiro Setor que são o foco deste trabalho representam parte importante da sociedade, sua gestão mesmo que não vise o lucro financeiro, busca resultados positivos para a manutenção de suas atividades e para dar continuidade ao atendimento que proporciona a sociedade em que está inserida, os gestores dessas organizações viram na auditoria externa uma grande aliada visto à particularidade dessas entidades.

Os gestores das fundações fazem uso de todas as ferramentas que a contabilidade fornece, seus relatórios, suas sugestões, seu acompanhamento no cotidiano da entidade, e isso faz com que as tomadas de decisões se tornem mais tranquilas e confiáveis, visto que são amparadas por um setor capacitado e focado na credibilidade das informações que transmitem.

Note-se, contudo, que o chamado terceiro setor é mais abrangente, porque compreenderia, ainda, outras entidades, como as declaradas de utilidade pública de um modo geral e as que recebem certificado de fins filantrópicos (PISCITELLI, 2014).

2.3 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E CONTABILIDADE

Há um tema que deve merecer a preocupação dos gestores das instituições do Terceiro Setor e das organizações religiosas, uma vez que sua gestão deve primar pela transparência e o princípio da economicidade, e isso neste tempo tem suscitado questionamentos, pois na busca de captação de recursos hoje se quer saber qual é a situação econômico- financeira da instituição. Os gestores precisam ter alguma noção de análise de balanço patrimonial; à guisa de ajuda, seguem alguns índices que sem ser profundos na apresentação do tema, podem contribuir para se ter uma ideia da situação da instituição (OLIVEIRA, 2014).

Na esfera das entidades tradicionais religiosas e laicas, encontram-se as igrejas, abrangendo-se aqui não só a estrutura formal ou templos de culto, mas também todas aquelas entidades sem fins lucrativos, criadas e mantidas pelas igrejas, como hospitais, universidades, entre outras (SLOMSKI, 2012, p. 32).

A Igreja Católica teve um papel importante na formação do terceiro setor e, segundo Falconer (1999, p. 95), diversos autores consideram “as Santas Casas de Misericórdia como as primeiras entidades do terceiro setor fundadas no Brasil, como, por exemplo, a Santa Casa de Santos, em 1543”. No entanto, outras religiões também passaram a integrar esse crescimento do terceiro setor.

Para a escrituração contábil, deve-se observar algumas particularidades próprias em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a resolução CFC no 1409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros (OLIVEIRA, 2014).

A associação é uma pessoa jurídica constituída pela união de pessoas que se organizam tendo propósito de atividades sem finalidade lucrativa. Szazi (2003, p. 37) ensina que a fundação pode ser definida “[...] como um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor”. Essa iniciativa se dará por escritura pública ou testamento; além disso, o Código Civil (BRASIL, 2002, art. 62).

A Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP) estabelece requisitos gerais para a apresentação de demonstrações contábeis elaboradas sob o regime de competência, ou seja, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. Sendo que essa norma deve ser aplicada a todas as demonstrações contábeis, elaboradas e apresentadas pelas entidades do setor público: governamental e terceiro setor. Assim, espera-se que as demonstrações contábeis atendam às necessidades de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos especialmente para atendê-los em suas necessidades de informação, tais como: cidadãos, poderes constituídos, credores, fornecedores, meios de comunicação, dentre outros. (SLOMSKI, 2012, p. 33)

Pode-se colocar então os apontamentos de Alves (2017) de que a contabilidade junto ao terceiro setor ainda necessitar ser melhor implementada, e até mesmo melhorada por aquelas que já utilizam. No caso das instituições religiosas, observa-se utilização na maioria das vezes por fluxo de caixa, controlando entradas e saídas, e somente tais dados não apresentam informações e gestão para extrair melhores resultados tanto em seus planejamentos como em projeções futuras.

Brizola (2015) também enfatiza a necessidade de melhoria quanto à gestão administrativa de instituições religiosas, onde sugere a elaboração de software específico que abranja o perfil destas instituições, onde poderia projetar despesas, estabelecer limites de gastos, e até mesmo analisar investimentos e aplicação de recursos de forma racional e inteligente. Isso colaboraria em um controle mais eficiente de gestão, bem como, aplicação correta de recursos recebidos e utilizados pela instituição.

Silva (2013) ressaltou a importância das informações contábeis também para as instituições religiosas, bem como buscar seguir normas legais direcionadas a esse perfil de instituição. E, conseqüentemente é de total relevância profissional da área contábil no registro e informações contábeis, bem como oferecimento de informações para tomada de decisões dos gestores. Essas informações demonstraria transparência quanto aos recursos doados pelos fiéis e sociedade.

Freire (2015) enfatizou que a contabilidade normalmente é realizada pelos funcionários das secretarias paroquias, a qual realizam controle e gerenciamento de entradas e saída, não tendo formação específica em contabilidade na maioria das vezes, e portanto, não sabendo realizar a escrituração contábil necessária, e com isso podendo não apresentar a correta elaboração de demonstrativos de contabilidade, e devido a essa falta, pode-se gerar informações não confiáveis, comprometendo assim a imagem e credibilidade da instituição, prejudicando assim donativos oferecidos.

2.4 FINALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis devem ser elaboradas, apresentadas e disponibilizadas dentro de um período razoável após a data-base prevista para sua publicação, para que as informações contábeis não prejudiquem a tempestividade informacional aos seus usuários. A NBC TSP, Item 69, resalta que fatores como o nível de complexidade das

operações da entidade não são razões suficientes para deixar de se divulgar as demonstrações dentro de um prazo aceitável. (SLOMSKI, 2012)

O ciclo operacional de uma entidade do terceiro setor é o tempo levado para converter entradas (inputs) ou recursos em saídas (outputs). Por exemplo, aplicação e conversão dos recursos em mercadorias e serviços, cumprindo com os resultados econômicos esperados, políticas e ações sociais desejadas. (OLIVEIRA, 2014).

As entidades do terceiro setor devem então fazer uma distinção para os itens do Balanço Patrimonial, entre circulante e não circulante, tanto para ativos quanto para os passivos. Essa distinção deve separar as transações em grupos de contas considerando a ordem de liquidez. Sendo o grupo do circulante para itens do ativo e do passivo, que reúne valores esperados a serem realizados ou pagos em até 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis, e o não circulante para os itens com mais do que 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis (VELLANI, 2011).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, onde foram colhidos dados através de observação de modo exploratório e descritivo, visando facilitação do método com caráter qualitativo por entender que para cada objeto de estudo é necessário um método que facilite e auxiliou o pesquisador a analisar a situação problema.

A pesquisa foi de modo exploratório que visa conhecer as características de determinado fenômeno que neste estudo refere-se à contribuição da contabilidade em termos de prestação de contas em entidade do terceiro setor.

Michel (2015) ressaltou que o estudo de caso normalmente é aplicado em pesquisas de campo que visam analisar determinado grupo social, familiar, instituição. É um método de pesquisa relevante, visto que, favorece a realização de estudo aprofundado, qualitativo e/ou quantitativo, e com isso sendo possível extrair grande número de informações por meio de diversas técnicas de coletas de dados. A vantagem do estudo de caso refere-se então na possibilidade de adentrar na realidade social

O caso é apresentado, contendo situações em que empresas e pessoas reais precisam explicar situações e tomar decisões sobre um determinado problema. Após detalhada coleta de dados, ampla discussão e análise crítica, o aluno é levado a explicar a situação e propor um curso de ação. A prática do estudo de caso é particularmente importante na administração, uma vez que a teoria, por si só, não consegue capacitar, habilitar o administrador para o exercício da sua profissão. Gerenciar requer conhecimento teórico, e também um tipo de competência (MICHEL, 2015, p. 19).

O universo dessa pesquisa é uma instituição religiosa localizada na cidade de Anápolis -GO. Segundo o que ensina Vergara (2007, p. 50), a amostra pode ser classificada como probabilística e não probabilística e essa última é subdividida em: aleatória simples, estratificada, por aglomerados, e sua seleção obedece pode obedecer aos critérios de acessibilidade e de tipicidade, assim sendo, a amostra desta pesquisa é aleatória simples e será utilizado o critério de acessibilidade e tipicidade para selecionar o sujeito.

Os sujeitos selecionados para este estudo foram os colaboradores da instituição religiosa que realizam a administração financeira dos recursos e demonstrações contábeis. Para coleta dos dados da pesquisa de campo foi utilizado um questionário estruturado contendo questões fechadas e abertas. Os dados que foram tratados nessa pesquisa foram essencialmente, extraídos por questionários aplicados aos colaboradores do setor financeiro da instituição religiosa e serviram para argumentação e reflexões sobre o tema proposto.

O estudo foi realizado por meio da aplicação de questionário com 05 (cinco) questões abertas (apêndice 1) aplicada para o vigário ecônomo da P.S.S. As respostas foram então os resultados, sendo a base para a discussão do objetivo deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi então realizada com o ecônomo e vigário paroquial da Paróquia São Sebastião localizada na cidade de Anápolis –GO.

4.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A entidade é a Paróquia São Sebastião localizada na cidade de Anápolis –GO, que está localizada na Rua Firmo de Velasco, região central da cidade. A data de sua criação é datada em 11 de fevereiro de 1961. O seu padroeiro é São Sebastião, tendo-se a festa patronal no dia 20 de janeiro de todos os anos. Seu território pastoral é região central, e também Vila São José, Jardim Goiano, Jardim Santana, Parque Michel, Dom II, Vila Nações Unidas, IAPC. O atendimento da secretaria paroquial é de segunda a sextas –férias de 08h:00m às 17h:30m, e aos sábados de 08h:00m às 11h:00m. Tem como outras capelas como Santa Rita, Nossa Senhora Perpétuo Socorro; Santa Rosa de Lima; Nossa Sra. das Graças; São Francisco

de Assis; e Nossa Sra. D' Abadia e S. Sebastião sendo esta última localizada no distrito de Goialândia.

Com relação ao seu aspecto histórico tem-se registro que a igreja foi criada em 11 de fevereiro de 1961, tendo como primeiro pároco Frei Romualdo de Alfredo Chaves que assumiu o comando da mesma em 21 de janeiro de 1962. Diante da sua iniciação de atividades religiosas, requereu-se então sua formação, o que tem sido uma busca de todo esse tempo, tendo atualmente a presença de milhares de fiéis da comunidade. Atualmente é referência na área pastoral na diocese de Anápolis.

Conta como gestores principais o pároco; guardião e vigário paroquial e ecônomo e vigário paroquial, sendo o sujeito da pesquisa o ecônomo que é o eclesiástico que administra os bens da entidade.

4.2 RESULTADO DA PESQUISA

O primeiro questionamento foi referente empresas voltadas ao terceiro setor que não apresentam fins lucrativos, qual o valor da contabilidade para as mesmas, a qual apontou o seguinte:

A importância esta na credibilidade e na transparência na prestação de contas da paróquia e também como um gesto de respeito para com os paroquianos, colaboradores e bem feitores, pois os mesmos tem o direito de saber para onde estão sendo canalizados ou aplicados os recursos da paróquia. A paróquia tem um conselho que juntamente com o pároco administra e zela pelo patrimônio da comunidade (CONAPA- conselho econômico administrativo paroquial) constituído por 12 (doze) pessoas que representam toda a paróquia.

Os resultados deste estudo vão ao encontro dos apontamentos de Piscitelli (2014) de que mesmo não tendo o fim lucro, as entidades de terceiro setor, requerem boa administração, econômico – financeira para conquista de resultados positivos, e também para obtenção de recursos para a manutenção de suas atividades, devendo os gestores fazer uso de ferramentas de contabilidade, para confecção de relatórios, e acompanhamento no cotidiano da entidade.

As instituições religiosas também devem apresentar contabilidade, devendo primar pela transparência e o princípio da economicidade, pois na busca de captação de recursos hoje se quer saber qual é a situação econômico- financeira da instituição. Deve assim os gestores apresentar análise de balanço patrimonial, conforme especificado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, que mesmo não sendo obrigatória, apresenta especificações

quanto a esse processo em entidades sem finalidade de lucros, tendo o propósito principal fornecer informações, conforme evidenciou Oliveira (2014) e Slomski (2012).

O segundo questionamento referente de como acontece o processo contábil na paróquia, e quais os cuidados que se considera mais relevantes neste sentido, a qual expôs o seguinte:

Toda a contabilidade é enviada mensalmente para a cúria diocesana de Anápolis que tem o departamento contábil de toda a diocese, isto é, todas as paróquias que fazem parte da diocese de Anápolis.

Observa-se que a instituição não apresenta sistema contábil próprio. A prestação de contas quanto a entradas e saídas é realizada por contador da diocese de Anápolis em geral, onde todas as transações são descritas por meio de códigos, onde fornece informações econômico-financeiras, em sua maioria entradas e saídas.

O terceiro questionamento foi se os membros de sua instituição e frequentadores tem acesso a informações contábeis da mesma ou essas informações são restritas a administração da mesma, a qual apontou-se que:

Mensalmente é apresentado o balancete mensal das entradas e saídas da paróquia. Toda a comunidade tem acesso a este balancete e a outras informações que julgam necessárias.

Ressaltou-se então o responsável que é de total relevância a prestação de contas aos membros da entidade religiosa e comunidade, confirmando os apontamentos de Slomski (2012) e Vellani (2011) de que a contabilidade junto ao terceiro setor demonstra de total relevância, pois é, por meio destes que contribuintes adquirem confiabilidade junto à mesma.

A quarta questão foi quanto a uma observação diante de que todas as instituições religiosas são responsáveis por alguns setores como as casas de misericórdia, e assim como é realizado a contabilidade destas casas, se é feito pela própria igreja de forma conjunta ou separada, aonde explicou o seguinte:

A paróquia faz um trabalho social junto à sociedade São Vicente de Paulo – (vicentinos), administra um projeto de alfabetização para adultos, tem também a pastoral da criança que auxilia com material escolar de 15 crianças carentes. A contabilidade é feita junto com a da paróquia devido à angariação de fundos ser feita pela própria diocese e enviada aos projetos sociais.

Observa-se assim que a entidade paroquial investe seus recursos na própria entidade, mas também, em instituições filantrópicas, o que colabora para obtenção de imunidade tributária.

Por fim, a quinta e última questão, se foi questionado o seguinte: sendo comum em instituições religiosas à contabilidade ser realizada por secretários das paróquias, utilizando somente o método de entrada e saída de recursos, e se este acha que a informação passada por esses funcionários é completa para a tomada de decisões? Diante de tal questionamento o economista vigário ressaltou que:

A diocese tem um plano de prestação de contas separados por códigos, referentes a entradas e saídas completo para diferenciação dos métodos contábeis utilizado para prestação de contas semanais junto a CONAPA e no final de cada mês é enviado para a diocese de Anápolis. A diocese possui contador próprio. É realizado a auditoria de todas as contas pela receita federal anualmente e esporadicamente.

Pode-se observar através do estudo realizado que a igreja respondente apresenta devidos registros contábeis, mesmo sendo realizado por escritório de contabilidade que se encarrega dos serviços contábeis gerais da diocese de Anápolis –GO. Preza pela transparência de informações para a sociedade e órgãos como CONAPA e Receita Federal, comprovando a seriedade do trabalho desenvolvido.

Observa-se que o foco da instituição é principalmente quanto a entradas e saídas, e comprovação de tais transações, podendo reiterar aqui os apontamentos de Alves et al (2017) de que a contabilidade junto ao terceiro setor ainda necessitar ser melhor implementada, pois somente tais dados de entradas e saídas não apresentam de grande representatividade de crescimento futuro e sustentabilidade para a organização. E, conforme descreveu Brizola (2015) de que uma análise contábil para apurada, de forma gerencial, utilizando de software específico é possível estipular dados futuros como despesas, limites de gastos, bem como investimentos de forma racional e inteligente.

Um ponto que merece ser evidenciado é quanto a não focar somente nos aspectos financeiros e econômicos, mas também, em termos de crescimento físico e de produtividade, isso também é a busca por resultado, crescimento, que é bem visto por parceiros junto à organização do terceiro setor.

Isso refere também ao caráter de sustentabilidade, fundamental para as organizações do terceiro setor que deve apresentar controle, planejamento, bom gerenciamento de recursos, e transparência para assim demonstrar confiabilidade para seus parceiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo ao objetivo geral da presente pesquisa pode-se reiterar que a contabilidade é de total importância também junto às organizações do terceiro setor, para que assim consigam assumir seus compromissos, alcançar objetivos almejados, além de favorecer a uma gestão confiável e transparente quanto à prestação de contas. Foi possível evidenciar por meio desta pesquisa que mesmo as entidades do terceiro setor não tendo como objetivo central a obtenção de lucro, é importante bom gerenciamento financeiro, fornecimento de informações e relatórios contábeis, que assegurem a real situação financeiro –econômica e patrimonial da mesma.

Já respondendo aos objetivos específicos, a organização sem fins lucrativos do terceiro setor analisada é uma igreja, a qual presta contas a sua sede (diocese de Anápolis – GO). A respeito de sua gestão zela pela transparência das informações, tendo controle contábil pelo escritório da contabilidade que responde pela diocese de Anápolis, mas também tendo seu controle interno. A paróquia São Sebastião realiza prestação de conta, visando a transparência, a qual disponibiliza aos fiéis valores arrecadados em suas diferentes formas de doações (dízimos, ofertas), e destinação das verbas. Também quando são realizados festas ou alguma campanha que visa arrecadar recursos próprios para determinada obra ou fim, também se realiza a prestação de contas para com os fiéis e comunidade em geral atendendo assim a resolução CFC no 1409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros

Respondendo a questão problema do presente estudo pode-se então concluir que a contabilidade é de total relevância para as empresas em geral, e para entidades do terceiro setor sem fins lucrativos como a analisada neste estudo, a qual apresenta informações quanto à captação e gerenciamento de recursos, e de como as doações são aplicadas. Não é um mero instrumento de atendimento das exigências legais, na realidade, é uma ferramenta de fortalecimento do segmento, que não é o lucro, e sim a perenidade. O terceiro setor tem crescido a cada ano, além de apresentar de grande contribuição social. Mas, independente de não ter objetivo fim o lucro, a contabilidade, prestação de contas e transparência demonstra de total relevância. E isso colabora para desenvolvimento de trabalho ético e sério.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Sarah Santos. **Valores pessoais e organizacionais no contexto de entidades do terceiro setor em municípios do Sul/Sudoeste de Minas Gerais**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2017.

ANDRADE, Nilton Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BERTI, Anélio. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Ícone, 2001.

BRASIL. **Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

BRIZOLA, Gadiel de Vargas. **Contabilidade de terceiro setor**: Análise de uma entidade eclesial. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Curso de Ciências Contábeis, 2015.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista de Contabilidade & Finanças**, (Edição especial), p. 7-29, 2003.

FALCONER, A. P. **A promessa do Terceiro Setor**: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu campo de gestão. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FAVERO, H. L; LONARDONI, M; SOUZA, C; TAKAKURA, M. **Contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**. São Paulo: Gente, 2002.

FREIRE, Andréa Marques. Escrituração contábil e uniformidade das contas no processo accountability: um estudo nas igrejas católicas da arquidiocese de Natal/RN. 2015. **Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)**. Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil tem 820 mil ONGs**. 13 de julho de 2018. Disponível em: <https://captadores.org.br/2018/07/13/brasil-tem-820-mil-ongs/>. Acesso em 18 dez 2018.

LIMA, Iran Siqueira. **Contabilidade e controle de operações com derivativos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Maria Aparecida. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. 2011. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Departamento de Administração da Universidade Estadual do Maringá, Universidade Aberta do Brasil, 2011. Disponível em: <www.dad.uem.br/especs/monosemad/trabalhos/_1320707652.docx>. Acesso em: 27 out 2018.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PAULO, E. Comparação da Estrutura Conceitual da Contabilidade Financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional. João Pessoa. **Dissertação (Mestrado em Contabilidade)**. Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira**. 13 ed. rev e ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

RHEINHEIMER, Ivone; SCHEUNEMANN, Arno Vorpapel. **Administração do terceiro setor. Universidade Luterana do Brasil: ULBRA**. – Curitiba: Ibpx, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/128627325/Livro-Adm-3-Setor#scribd>>. Acesso em 08 nov 2018.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral E Das Doutrinas Da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS. J.L; SCHMIDT, P. MACHADO, N. P. **Teoria da Contabilidade**, São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Edilaine Bernardes. A contabilidade como instrumento de gestão e controle em uma organização religiosa do terceiro setor. **[Monografia]. Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade.** Universidade Federal do Paraná, 2013.

SLOMSKI, Valmor. **Contabilidade do terceiro setor:** uma abordagem operacional. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Clarice Joaquina de. Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor. 2013. 36 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)** – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília. 2013. Disponível em: <repositorio.uniceub.br/bitstream/235/3993/1/21143526.pdf>. Acesso em 01 nov 2018.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor:** regulação no Brasil. 3.ed. São Paulo: Petrópolis, 2003.

VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e responsabilidade social:** integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.